

8 Conclusões

Este estudo pautou-se, essencialmente, em dois princípios. O primeiro deles é o de que, para além das diferenças socioeconômicas, existe um efeito no aprendizado que é explicado por fatores internos às salas de aula. Não obstante, existem variações entre escolas e entre professores em termos do que estes conseguem acrescentar ao aprendizado dos alunos, dependendo de sua forma de atuação, incluindo-se na maneira de atuar os recursos pedagógicos utilizados. O segundo princípio diz respeito à utilização de dados provenientes de modelagem longitudinal, resultante da concepção de que essa metodologia é a mais apropriada para aferir o valor agregado pelos estabelecimentos escolares aos seus alunos.

Apresento as conclusões da investigação em duas partes. Na primeira, mostro que os alunos das escolas pesquisadas obtiveram aumento significativo do aprendizado médio ao final da primeira série. Ressalto que esse fato não significa a inexistência de problemas para serem resolvidos em relação à alfabetização. Por outro lado, é possível afirmar que se esses alunos continuassem aprendendo no mesmo ritmo, certamente chegariam ao final da quarta série com domínio de conhecimento bastante superior ao que tem sido evidenciado pelas pesquisas nesta série. Imagino, então, que algumas dificuldades no processo de aquisição da língua escrita acontecem entre o final da primeira e da quarta série. Levanto a possibilidade de que a ênfase em aspectos normativos e gramaticais pode ser uma dessas dificuldades, provocando descontinuidades no processo de alfabetização e letramento. Diante da limitação deste estudo para responder sobre essa questão, sugiro um caminho de investigação. Tal indicação decorre da constatação, a partir de avaliações do PNLD, de que alguns livros abordam os conhecimentos lingüísticos com expressiva ênfase, incluindo a aprendizagem de diferentes nomenclaturas e definições gramaticais, desde o início da escolarização. Assim sendo, caberia a seguinte indagação: a identificação de um trabalho prematuro com aspectos normativos, já nos livros de primeira série, não seria uma indicação do surgimento do problema que tenderia a se agravar nas séries posteriores?

A segunda parte da conclusão diz respeito ao efeito do uso do livro didático na aprendizagem da leitura. Em uma análise mais geral, os resultados encontrados corroboram as evidências presentes na literatura de que em países marcados pelas

desigualdades, onde a inexistência de um patamar mínimo de recursos educacionais ainda é uma realidade, como é o caso do Brasil, os recursos pedagógicos fazem diferença.

Para além da importância dos recursos pedagógicos em geral, neste estudo, demonstrei que a utilização do livro didático para o ensino da leitura nas turmas participantes da investigação se constituiu em um fator de eficácia. A análise dos modelos estimados para o conjunto das redes, municipal, privada e federal, mostra que as turmas nas quais o livro didático foi utilizado aprenderam, em média, mais do que as turmas que não tiveram a oportunidade de usar esse recurso. Outra consequência dos modelos estimados para as redes como um todo, se refere à evidência de que os professores que decidiram manter a utilização do mesmo livro por mais de dois anos contribuíram para um aumento médio ainda maior da aprendizagem de seus alunos.

Confrontando ainda mais esses resultados, os modelos estimados especificamente para a rede municipal não só confirmaram como também reforçaram os achados anteriores. Faço essa afirmação com base no seguinte fato: nas turmas das escolas municipais, compostas por alunos de origem social menos privilegiada, que não possuem variedade de recurso para aprender, tal qual as turmas das redes particular e federal, a utilização do livro didático e o investimento no aprimoramento do uso desse livro se constituíram em fatores ainda mais fortemente correlacionados com o aprendizado. Além disso, acrescento que, quando investiguei a mobilidade dos alunos de um nível para outro, em todos os grupos analisados, os alunos que utilizaram livro didático galgaram níveis mais altos do que os alunos que não utilizaram esse recurso. Reitero que a mudança de nível representa sempre um salto no sentido da apropriação de novos esquemas interpretativos mobilizáveis, incidindo sobre a ampliação da capacidade de ler.

Assinalo ainda que há outras variáveis relacionadas com a promoção de aprendizado, introduzidas e/ou reforçadas nas salas de aula pela presença do livro didático como, por exemplo, diferentes modalidades de leitura e de produção textual. Registro que não pude fazer uso de tais variáveis. Mencionei em capítulo anterior algumas limitações referentes à disponibilidade dos dados. Detenho-me nesse ponto para acrescentar mais uma: muitas das variáveis sobre as quais investiguei não se mostraram significativas porque foram testadas individualmente. No início desse trabalho não dispúnhamos, no grupo de

pesquisa, de escalas que aglutinassem variáveis explicativas de efeitos sobre o aprendizado. No entanto, testes realizados recentemente têm mostrado que essas variáveis podem ser significativas quando trabalhadas no contexto de escalas construídas a partir das variáveis individuais. Sendo assim, essa metodologia mais sofisticada de medida, pode contribuir para a identificação de outros fatores promotores de aprendizagem associados à prática do uso do livro didático.

Quanto à verificação do impacto da diferenciação de menções atribuídas aos livros didáticos em relação ao aprendizado da leitura, os resultados obtidos se mostraram bem menos consistentes que os apresentados até então. Tanto nos modelos estimados para o conjunto das redes quanto nos modelos implementados para a rede municipal, observei uma ordenação crescente dos coeficientes à medida que os livros recebiam menções mais altas, entretanto, aponteí várias restrições aos dados. Desta forma, as análises levantadas quanto à avaliação dos livros didáticos devem ser tomadas com cautela e, por outro lado, devem servir de motivação para investigações futuras.

Não obstante, indico, principalmente no que se refere às escolas municipais, a importância do uso do livro didático para além da menção por ele recebida no PNLD. Devo assinalar que muitos dos livros didáticos que contribuíram para a aprendizagem constatada nas turmas pesquisadas eram “recomendados com ressalva”. Chamo atenção para o fato de que, os livros assim avaliados, são, muitas vezes, merecedores de elogios pelas inovações referentes ao trabalho com a diversidade textual. Apesar das ressalvas, são livros recomendados e, portanto, reconhecidos como recurso que contribui para a aprendizagem dos alunos. É preciso considerar que até mesmo o aumento do número de obras para avaliação e as reformulações decorrentes do processo resultam em um maior grau de exigência por parte da avaliação, incidindo na qualidade das obras utilizadas nas escolas. Destaco, entretanto, que o importante papel que o livro mostrou desempenhar não significa que os livros não apresentem problemas e que não precisem ser aprimorados. Inclusive mencionei, no início desta conclusão, um aspecto relacionado à supervalorização da nomenclatura, que ilustra a necessidade de investigação e possível aperfeiçoamento dos livros didáticos.

Retomo, a partir de agora, as contribuições da literatura revisada para minha interpretação em relação aos resultados apresentados nesta dissertação. Avalio a influência positiva do uso do livro didático como decorrente do fato de a inclusão

desse instrumento no trabalho pedagógico favorecer a concretização de vários fatores relacionados pelas pesquisas sobre escolas eficazes como maximizadores da aprendizagem dos alunos. A utilização do livro didático estaria colaborando para a organização do trabalho escolar, direcionando-o para a concentração no processo ensino-aprendizagem e contribuindo para uma maior clareza dos objetivos de ensino. Tendo em vista novas orientações adotadas por alguns dos livros é possível se pensar também na contribuição desse recurso para a orientação do monitoramento do processo de aprendizagem. Se relacionarmos os fatores que compõem a proposta de Slavin para um ensino eficaz com algumas das características possíveis ao livro didático, veremos que ele pode ser um forte aliado do professor na concretização desses elementos em sua prática pedagógica. Quanto à qualidade da instrução, a própria distância do autor do livro em relação ao momento da aprendizagem acarreta uma preocupação acentuada em oferecer exemplos, imagens e encadeamentos que favoreçam a construção de sentido por parte dos alunos. Outras contribuições que o livro pode trazer, como indicado pelos professores participantes das pesquisas sobre o tema, dizem respeito ao oferecimento de atividades agradáveis que incentivam os alunos ao conhecimento e permitem uma utilização mais autônoma, facilitando uma ação docente voltada para a adequação de diferentes níveis de instrução. Com relação ao tempo, além de o livro orientar sobre a sua alocação, no que diz respeito ao que está previsto para ser ensinado e ao quanto se conseguiu cumprir em relação ao previsto, o livro pode também funcionar como um instrumento que aumenta o tempo de engajamento dos alunos, se desempenhar o papel de incentivá-los ao conhecimento. Devo assinalar, portanto, que a interpretação decorrente do meu estudo se contrapõe à concepção de alguns educadores e até mesmo de alguns setores sociais que representam forte oposição ao livro didático, entendendo esse instrumento apenas como controlador da ação docente ou como uma tecnologia tradicional, artificial e pouco adequada à efetivação de processos de aprendizagem. Evidentemente que não defendo que o livro didático seja o único material de leitura disponível aos alunos, mas, tendo em conta a realidade social e educacional que enfrentamos no Brasil e conjugando-a com os resultados que

encontrei, reconheço que o livro didático, ainda que planejado *para* ensinar a ler⁷³, tem se constituído em uma porta aberta ao aprendizado da leitura.

Quanto às concepções de ensino-aprendizagem e às exigências que elas acarretam para o trabalho docente, as teorias mais representativas sobre a aquisição da língua escrita nos remetem a um aprendiz ativo e em interação com o objeto do conhecimento, indica que a escola favorece essa apropriação quando prioriza a imersão dos alunos em práticas sociais de leitura e escrita e, ao mesmo tempo, abordam a necessidade de orientações específicas relacionadas à compreensão do sistema alfabético de escrita. A proposta de Slavin para uma educação eficaz pressupõe que a aprendizagem requer motivação, referências a conhecimentos prévios e que o ensino deve ser adequado às necessidades individuais e aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Fica evidente que esses pressupostos exigem um professor competente e comprometido em relação ao pensar e ao fazer pedagógicos. Essa compreensão está presente nas pesquisas que analisam as transposições pedagógicas exigidas pelos novos paradigmas postos para o ensino-aprendizagem e que procuram identificá-los nos livros didáticos e relacioná-los às práticas pedagógicas. Os novos pressupostos exigem um professor capaz de apreender a forma como seus alunos constroem conhecimentos e o ritmo em que a aprendizagem acontece. Exige, então, um professor capaz de adequar constantemente o fazer pedagógico, sem perder o foco em relação aos fatores de qualidade da instrução. As pesquisas também mostram algumas das características dos professores que estão usando os livros didáticos avaliados pelo PNLD: professores que tendem a encarar as interferências externas como ameaças a sua autonomia; que se sentem mais seguros apoiados por metodologias “mais tradicionais” relacionadas com esquemas mais familiares e adequados às condições da organização escolar; professores que buscam adaptar o livro didático às suas experiências com o ensino da língua, às suas crenças, às limitações dos próprios livros e às necessidades advindas do seu cotidiano, em que precisam combinar a orientação individual com a natureza coletiva da organização escolar. Apesar de não podermos generalizar a afirmação, são professores que estão construindo competência para lidar com uma

⁷³ Muitas das críticas aos livros didáticos fundamentam-se na sua artificialidade, por serem eles planejados para ensinar a ler. Essa crítica corresponde a convicção inversa de que a única forma de ingresso na cultura letrada seja por meio da interação com livros variados que circulem na sociedade.

transição entre paradigmas, se não devemos dizer, com a conjugação de paradigmas educacionais.

Devemos lembrar que essa transição não está em curso apenas nas escolas e nas salas de aula: o próprio debate teórico aponta para a necessidade de adequações e os livros didáticos ainda não refletem transposições pedagógicas suficientes para abranger as diferentes “facetas” presentes na aprendizagem da língua escrita, apesar das orientações já expressa no PNLD/2004. Não obstante, considerando-se as evidências deste estudo, que encontra forte relação entre o tempo de experiência do professor com a utilização do mesmo recurso didático, o livro, devemos considerar a importância de um tempo, de um período de estabilidade, para que “o novo” seja “acomodado” e aplicado com maior propriedade.

Quanto à relação da Política Pública do Livro Didático com os educadores, reforço, como destacado por vários estudos, que a existência dos recursos não é suficiente para que haja efeitos cognitivos e que a definição de recurso pedagógico exige a consideração da dinâmica das atividades de ensino. O aprofundamento do tema leva a crer que o livro didático é um recurso importante, mas que não deve se pretender suficiente para implantar uma concepção pedagógica. Leva a crer ainda que existem princípios, mas que não existe apenas um caminho para se atingir um ensino eficaz. Não compactuo com o discurso de que enquanto não forem resolvidos os problemas sócio-econômicos brasileiros e de formação de professores não é possível ensinar aos alunos. Por outro lado, reconheço que excelentes recursos pedagógicos podem ser utilizados com limitações que inviabilizam seus propósitos ou, ao contrário, podem ser ressignificados por professores competentes que combinem fatores peculiares aos grupos que atendem, tornando-o mais eficaz. Compreendo, como Silva (2005, p. 195), que as estratégias de seleção e de complementação dos livros didáticos, ao contrário de configurarem “uma apropriação indevida da proposta do livro, revelam os limites que toda proposta didática tem para ser realizada em sua íntegra, uma vez que as possibilidades de interpretação do professor não são passíveis de controle. Nesse caso, verifica-se como uma produção pedagógica que é o livro didático pode ser deslocada de seu contexto e recolocada no contexto da cultura da sala de aula”. Porém, uma apropriação democrática e consciente do recurso depende da competência que só a capacitação continuada e a constante

reflexão sobre a prática pedagógica podem subsidiar. Desta forma, reforço as indicações dos pesquisadores de que a Política Pública de Livros Didáticos venha acompanhada de programas que invistam na formação e capacitação do professor e de que haja uma produção diversificada de materiais a fim de contemplar diferentes crenças e estilos pedagógicos. Creio que essa mediação contribuiria para uma transição entre a existência de um recurso de qualidade e a qualidade da utilização do recurso.

Colaborando com o debate sobre o tema, além dos achados apresentados, reitero que muito mais importante do que medir o melhor ou pior desempenho dos alunos é desenvolver estudos longitudinais que investigam o seu progresso e que, portanto, podem averiguar o efeito de variáveis relacionadas às salas de aula na aprendizagem. Sendo assim, esta dissertação sugere que, em termos de política pública, a avaliação de livros didáticos – e, em sentido mais geral, de programas educacionais – leve em conta também o efeito sobre o aprendizado.